

CADERNO DE ENCARGOS

N.º Do Processo: 25/AD/S/2021

Cláusula 1.ª

Objeto

O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a **“Elaboração de estudo prévio da variante circular a Ílhavo -4.ª Fase”**.

Cláusula 2.ª

Contrato

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
 - a) Os suprimientos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
 - c) O presente Caderno de Encargos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos, na redação atual, e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

Cláusula 3.ª

Prazo

O contrato mantém-se em vigor por um período de 60 dias, com início na data de assinatura do contrato sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.

Cláusula 4.ª

Preço

1. O preço base do presente procedimento é de 19 750,00€ (dezanove mil setecentos e cinquenta euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se devido, sendo este o limite máximo que a entidade

adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do contrato;

2. Pela aquisição do objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, o Município de Ílhavo deve pagar ao fornecedor o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.

3. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público.

Cláusula 5.ª

Condições de pagamento

1. As quantias devidas pela entidade adjudicante devem ser pagas, com observância do artigo 299.º do Código dos Contratos Públicos, após a receção da fatura correspondente;

2. O pagamento será efetuado pela totalidade do valor com a entrega do estudo;

3. Em caso de discordância da entidade adjudicante, quanto aos valores indicados na fatura, deve esta comunicar ao adjudicatário, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando este obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou a proceder à emissão de nova fatura corrigida;

4. A fatura é emitida em nome do Município de Ílhavo, sita na Av. 25 de Abril, 3830-044 Ílhavo, onde deve constar obrigatoriamente o número de requisição/compromisso e nº de contrato;

Cláusula 6.ª

Subcontratação e cessão da posição contratual

A subcontratação pelo fornecedor e a cessão da respetiva posição contratual depende, em qualquer causa, da autorização escrita do Município de Ílhavo.

Cláusula 7.ª

Legislação aplicável

O contrato é regulado pela legislação portuguesa.

Cláusulas Técnicas

1. Localização da área de intervenção

A área alvo da intervenção localiza-se no concelho de Ílhavo, freguesia de São Salvador e consiste na elaboração de estudo prévio da Variante Circular a Ílhavo – 4.ª Fase.

2. Objeto da Prestação de Serviços

- 2.1. O presente Caderno de Encargos tem por objetivo definir as especificações técnicas e administrativas que a equipa projetista deverá respeitar, na conceção e realização dos trabalhos que lhe forem encomendados, no âmbito do contrato entre esta e a Câmara Municipal de Ílhavo;
- 2.2. O objeto da prestação de serviços a que se refere o presente Caderno de Encargos é a elaboração de estudo prévio da Variante Circular a Ílhavo – 4.ª Fase, incluindo todos os elementos abaixo descritos:
 - 2.2.1. Levantamento topográfico por drone;
 - 2.2.2. Memória descritiva;
 - 2.2.3. Planta de traçado incluindo interseções e ligações (diretriz), perfil longitudinal e perfis transversais tipo.

O estudo será constituído pelas peças escritas e desenhadas e outros elementos informativos indicados na Portaria n.º 701-H/2008 de 29 de julho e no Código dos Contratos Públicos;

3. Documentos Contratuais

As condições contratuais serão as definidas no presente processo de concurso, que fará parte integrante do contrato que, eventualmente, vier a ser celebrado, bem como a proposta da equipa projetista e os documentos que a acompanhem;

4. Elementos a Fornecer pela Equipa

- 4.1. Dois exemplares completos, em papel, de todos os elementos do estudo;
- 4.2. Um exemplar de todo o estudo em base digital;

5. Fiscalização, Acompanhamento e Aprovação de Projetos

- 5.1. A Câmara Municipal de Ílhavo reserva-se no direito de fiscalizar e acompanhar a elaboração do estudo, em todas as suas fases, verificando a exequibilidade das soluções

consideradas e a conformidade das peças em elaboração com os documentos contratuais. A Câmara Municipal de Ílhavo esclarecerá as dúvidas que lhe sejam postas para efeito de opção, escolhendo de entre as soluções propostas ou confiando a decisão ao projetista, devendo as suas decisões ser transmitidas por escrito quando as dúvidas lhe sejam apresentadas do mesmo modo;

- 5.2. O acompanhamento da elaboração do estudo será feito através da Câmara Municipal da Ílhavo;
- 5.3. No caso de não aprovação do estudo por efeito de não satisfazer as condições estabelecidas ou regulamentares, compromete-se a equipa projetista a reajustar ou modificar o seu trabalho em prazo que não pode exceder 15 dias contados a partir da notificação da não aprovação;

6. Propriedade do Estudo

Após o pagamento do estudo, este considera-se, em todas as suas partes, como pertencente a Câmara Municipal de Ílhavo que se reserva o direito de o fazer executar ou não.